

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na audição regimental de 14 de setembro, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social reiterou a sua afirmação segundo a qual a aplicação da Lei 53-B/2006, de 29 de dezembro (“Lei de Vieira da Silva”) reduziria a sustentabilidade da Segurança Social em 13 anos e acrescentou que esses cálculos “são públicos”.

Esta resposta surge no seguimento de uma questão colocada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda – para qual não foi dada resposta –, referente à aplicação ou não da lei, por parte do Governo, que impõe que atualização do IAS (Indexante dos Apoios Sociais), à semelhança do que acontece nas pensões, seja atualizado tendo em conta a inflação do ano anterior.

Apesar das várias insistências realizadas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda durante a audição com vista à disponibilização dos dados e cálculos que, nas palavras da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, foram realizados por um organismo público e não são do Governo, mas de todos, tal não aconteceu.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem solicitar que sejam disponibilizados dos dados e cálculos nos quais a Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social se baseou quando afirmou que a aplicação da Lei 53-B/2006, de 29 de dezembro (“Lei de Vieira da Silva”) reduziria a sustentabilidade da Segurança Social em 13 anos.

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2022

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)